CONSELHO - AVISO DE PUBLICAÇÃO Nº 609

Torna pública a Resolução nº 215/2020 – COMTIBA

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL – FAS, no uso das competências que lhe foram conferidas por meio do Decreto Municipal nº 484/2020, RESOLVE:

Tornar pública a Resolução nº 215/2020, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aprova a dispensa de Chamamento Público para formalizar Termo de Fomento com Organizações da Sociedade Civil que executam o serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Abrigo Institucional, para crianças e adolescentes, em parceria com Fundação de Ação Social, conforme anexo.

Fundação de Ação Social, 13 de novembro de 2020.

Fabiano Ferreira Vilaruel - Presidente da Fundação
de Ação Social

FUNDAÇÃO de AÇÃO SOCIAL

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente de Curitiba
Rua: Eduardo Sprada, 4.520
Campo Comprido - CEP: 81270 010
Curitiba - Paraná - Brasil
Tels 41 3250 7413 / 3250 7992
Fax 41 3279 2251
comtiba@curitiba.pr.gov.br
www.curitiba.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 215/2020

Aprova a dispensa de Chamamento Público para formalizar Termo de Fomento com Organizações da Sociedade Civil que executam o serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Abrigo Institucional, para crianças e adolescentes, em parceria com Fundação de Ação Social

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA - COMTIBA, em **Reunião Ordinária on-line, realizada no dia 10 de novembro de 2020**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 7829/91 e Decreto Municipal 508/1992, com as alterações introduzidas pelos decretos 913/1994, 967/1997, 567/2007 e 1364/13, bem como considerando:

- O Decreto Municipal N.º 421 de 16 de março de 2020 que declara Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19);

- O Decreto Municipal Nº 430 de 18 de março de 2020, que define que a Administração Municipal, sob orientação técnica da Secretaria Municipal da Saúde, adota providências e estabelece normas direcionadas aos agentes públicos municipais, como medida de enfrentamento, prevenção e controle do novo Coronavírus (COVID-19); e

- Recomendações do Conanda para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID-19 de 25 de março de 2020.

- O Art. 30. Da Lei 13.019/2014 que prevê que a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a dispensa de realização de Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil para formalizar Termo de Fomento. As Organizações da Sociedade Civil precisam estar com inscrições vigentes no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba – CMAS, e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMTIBA, e devem executar o serviço na modalidade de Acolhimento Institucional. O serviço será realizado em espaço físico específico cedido em comodato, voltado ao atendimento de 16 (dezesseis) crianças e adolescentes entre 07 (sete) e 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses, de ambos os sexos, aceitando grupos de irmãos

FUNDAÇÃO de AÇÃO SOCIAL

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente de Curitiba
Rua: Eduardo Sprada, 4.520
Campo Comprido - CEP: 81270 010
Curitiba - Paraná - Brasil
Tels 41 3250 7413 / 3250 7992
Fax 41 3279 2251
comtiba@curitiba.pr.gov.br
www.curitiba.pr.gov.br

de outras faixas etárias. A referida parceria com Fundação de Ação Social, perfazerá o valor global de até R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), e o valor *per capita* de até R$ 2.000,00 (dois mil reais) em custeio, para o período de vigência de até 180 dias, contados a partir da assinatura do Termo de Fomento.

Art. 2º Tal medida se faz necessária, tendo em vista a situação de emergência em Saúde Pública no município, decretada em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como das restrições por ela impostas, que podem gerar paralisação ou risco de paralisação dos serviços. Nesse sentido, para que não haja prejuízos ao interesse público, considerando a impossibilidade de aguardar os prazos legais estabelecidos para o Chamamento Público, justifica-se o procedimento para atender as novas demandas emergenciais com a celeridade que o momento exige.

Art. 3º Fica delegada a Fundação de Ação Social – FAS a deliberação, consultada a Rede de OSCs sobre a natureza do atendimento e da despesa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de novembro de 2020.

Zeila Plath Oliveira da Silva
Presidente – COMTIBA